



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

Rui Costa

Deputado Municipal Independente

Recomendação

Por políticas públicas e contratação pública social e ambientalmente responsável ,exige-se o imediato cumprimento do disposto no Eixo E das Grandes Opções do Plano do Município de Lisboa

Considerando que:

- a) As Grandes Opções do Plano do Município de Lisboa afirmam que *“Uma parte significativa da atividade de produção e serviços da cidade é desenvolvida sem levar suficientemente em conta critérios de sustentabilidade social e ambiental, permitindo práticas de “dumping social e ambiental”. Pelo que, no estrito respeito pelas regras da contratação pública e da racionalidade económica inerente à boa utilização dos dinheiros públicos, desenvolveremos uma política ativa que coloque o Município como agente económico de primeira linha.”* propondo as seguintes medidas:
 - i) *“Criar o Conselho Municipal da Contratação Pública, com representantes dos sectores empresarial, 3º sector e sindical, órgão consultivo de apoio à construção e monitorização da uma Estratégia Municipal de Contratação Pública sustentável, económica, social e ambientalmente.”* (Eixo E, Medida 1), avaliada como medida em curso;
 - ii) *“Explorar a introdução de cláusulas sociais e ambientais na contratação pública.”* (Eixo E, Medida 2), avaliada como medida a iniciar;
 - iii) *“Criar um Selo Municipal de Qualidade para as empresas que são contratadas pelo Universo Municipal.”* (Eixo E, Medida 3), avaliada como medida em curso;
 - iv) *“Elaborar o guia da contratação pública municipal, económica, social e ambientalmente responsável e transparente e, seguindo a diretiva comunitária 2014/24/UE, cuja transposição já foi publicada, e que leve em desvalor a contratação de trabalhadores precários pelos adjudicatários.”* (Eixo E, Medida 4), avaliada como medida a iniciar;
 - v) *“Aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município a entidades que recorram a trabalho precário.”* (Eixo E, Medida 5), avaliada como medida a iniciar;



Rui Costa

Deputado Municipal Independente

- vi) *“Elaborar o Plano de ação para o acesso das PME e do 3º sector à contratação pública municipal, incentivando as PME e as entidades do 3º sector, i”portantes para o emprego local, a participar em processos de contratação publica municipal, dimensionando adequadamente a estrutura do objeto contratual, ajustando os lotes em termos sectoriais ou territoriais, inovando na objetivação de critérios económicos e adequando a ponderação dos critérios económicos e de solvência.”* (Eixo E, Medida 6), avaliada como medida em curso;
- vii) *“Criar uma equipa municipal para implementação do selo de certificação de qualidade e boas práticas municipais, para premiar as empresas e entidades do 3º sector socialmente responsáveis, que respondem aos critérios de exigência nas condições ambientais, de trabalho, igualdade de género e integração.”* (Eixo E, Medida 7), avaliada como medida em curso.
- b) As medidas propostas não são, sequer, inovadoras em Portugal, apontando-se o exemplo da LIPOR, ainda antes da Diretiva 2014/24/UE (relativa à coordenação dos processo de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos *públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços*), conforme documento disponível em https://landmark-project.eu/fileadmin/files/pt/LandmarkBoasPraticas_FINAL_PT.pdf);
- c) A Diretiva 2014/24/EU, prevê já a existência de mecanismos de avaliação da sustentabilidade social e ambiental dos bens e serviços a adquirir, que o Código dos Contratos Públicos, revisto para transposição da referida Deirectiva acolheu:
 - i) No seu artigo 75.º, n.º 2, alínea a), que estabelece como factores para avaliação das propostas, enquanto factor de qualidade, ***“a acessibilidade, conceção para todos os utilizadores, características sociais, ambientais e inovadoras”***;
 - ii) No seu artigo 75.º, n.º 2, alínea d) a ***“sustentabilidade ambiental ou social do modo de execução do contrato, designadamente no que respeita ao tempo de transporte e de disponibilização do produto ou serviço”***;
 - iii) No seu artigo 75.º, n.º 3 considera ***“relacionados com o objeto do contrato os fatores envolvidos no processo específico de produção ou fornecimento das obras, bens ou serviços ou num processo específico em relação a outra fase do seu ciclo de vida”***;



Rui Costa

Deputado Municipal Independente

- iv) No seu artigo 75.º, n.º 7 prevê que no cálculo dos custos de utilização, tenha por referência, designadamente o ***“consumo de energia, de consumíveis e de outros recursos”*** – alínea a), ***“os custos de manutenção e assistência técnica”*** – alínea c), ***“os custos de fim de vida, tais como custos de recolha e reciclagem”*** - alínea d), ou os ***“custos imputados a externalidades ambientais ligadas ao bem, serviço ou obra durante o seu ciclo de vida, desde que seja possível determinar e confirmar o seu valor monetário, os quais podem incluir o custo das emissões de gases com efeito de estufa e de outras emissões poluentes, assim como outros custos de atenuação das alterações climáticas”*** - alínea e).
- d) Assim, a Câmara Municipal de Lisboa dispõe já da habilitação legal para por em prática as medidas a que se auto propôs e confessadamente não implementou em matéria de responsabilidade social e ambiental na contratação pública, não o tendo ainda feito, desde que apresentou a primeira versão das Grandes Opções do Plano deste mandato (em finais de 2017) e volvidos quase dois anos da entrada em vigor das alterações ao Código dos Contratos Públicos que a habilitam para o efeito;
- e) Reconhecendo os esforços e proclamações dos órgãos do Município de Lisboa na afirmação de políticas social e ambientalmente sustentáveis, há que atender à necessidade de tais esforços serem inequivocamente desenvolvidos nas actividades contratadas externamente pelo Município de Lisboa, sob pena de o Município de Lisboa estar, pela via da externalização, a manter políticas social e ambientalmente pouco responsáveis e incompatíveis com a política que se afirma;
- f) Como já se referiu, esta é a terceira vez que são submetidas neste mandato as Grandes Opções do Plano nestes precisos termos e decorreram já dois anos da expressa e inequívoca habilitação legal conferida pela revisão do Código dos Contratos Públicos para o efeito;
- g) O peso do Sector Empresarial Local na actividade do Município, seja por via estatutária e da execução de Contratos Programa, seja pela execução de contratos de mandato, é hoje muito considerável e determina que a estratégia de contratação pública social e ambientalmente responsável lhes seja extensiva, impondo-se que o modelo seja o mesmo quanto à execução de contratos de mandato e que seja eventualmente adaptado na demais actividade das empresas do Sector Empresarial Local;



Rui Costa

Deputado Municipal Independente

- h) O mesmo se diga quanto às consideráveis delegações de competências para as Juntas de Freguesia, que devem ser negociadas de futuro no respeito pela estratégia de contratação pública social e ambientalmente sustentável e acompanhadas do financiamento adequado às novas exigências e sempre preservando o equilíbrio entre as políticas do Município e a autonomia das Freguesias;
- i) A externalização da acção do Município de Lisboa é também feita, muitas vezes, por recurso ao apoio a colectividades, impõe-se que os critérios de atribuição de tais apoios obedeçam também a critérios de sustentabilidade social no que respeita aos trabalhadores ao serviço das colectividades e de sustentabilidade ambiental, promovendo-se a alteração ao Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa;
- j) Por último, encontrando-se em elaboração o Regulamento relativo aos benefícios fiscais, o mesmo deve ser elaborado de acordo com a medida *“Aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município a entidades que recorram a trabalho precário.”* (Eixo E, Medida 5);
- k) A elaboração de tal regulamento, um imperativo legal, havia já sido objecto de Recomendação aprovada por esta Assembleia na sua reunião de 4 de Dezembro de 2018, sem que no entanto viesse a ser cumprida pela Câmara Municipal de Lisboa (Recomendação n.º 045/03 – DM IND Rui Costa, publicada no 7.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1295 e disponível em <https://www.am-lisboa.pt/302000/1/011017,000417/index.htm>), bem demonstrando a falta de empenho da Câmara Municipal no cumprimento destas medidas.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 26 de Novembro de 2019 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

1 – Que proceda de imediato à execução das medidas constantes do Eixo E das Grandes Opções do Plano, submetendo as respectivas propostas a esta Assembleia até ao final do 1.º Semestre de 2020.

2 – Que informe mensalmente esta Assembleia do estado de elaboração das medidas constantes do Eixo E das Grandes Opções do Plano.



Rui Costa

Deputado Municipal Independente

3 – Que, no exercício da sua função acionista, estenda e adapte os critérios de contratação pública social e ambientalmente responsáveis às entidades do Sector Empresarial Local do Município de Lisboa, devendo a sua integral aplicação ser consagrada nos contratos de mandato a celebrar.

4 – Que no âmbito da negociação e celebração de contratos de delegação de competência com as Juntas de Freguesia, inclua os critérios de sustentabilidade social e ambiental que vierem a ser definidos, acompanhados da dotação financeira adequada.

5 – Que submeta a esta Assembleia Municipal revisão do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, consagrando a adopção de medidas de responsabilidade social e ambiental na atribuição de apoios.

6 – Que submeta a esta Assembleia Municipal, até ao fim do 1.º trimestre de 2020 proposta de Regulamento de Benefícios e Isenções Fiscais em linha com a medida 5 do Eixo E (*“Aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município a entidades que recorram a trabalho precário.”*).

Lisboa, 26 de Novembro de 2019

O Deputado Municipal Independente

Rui Costa